

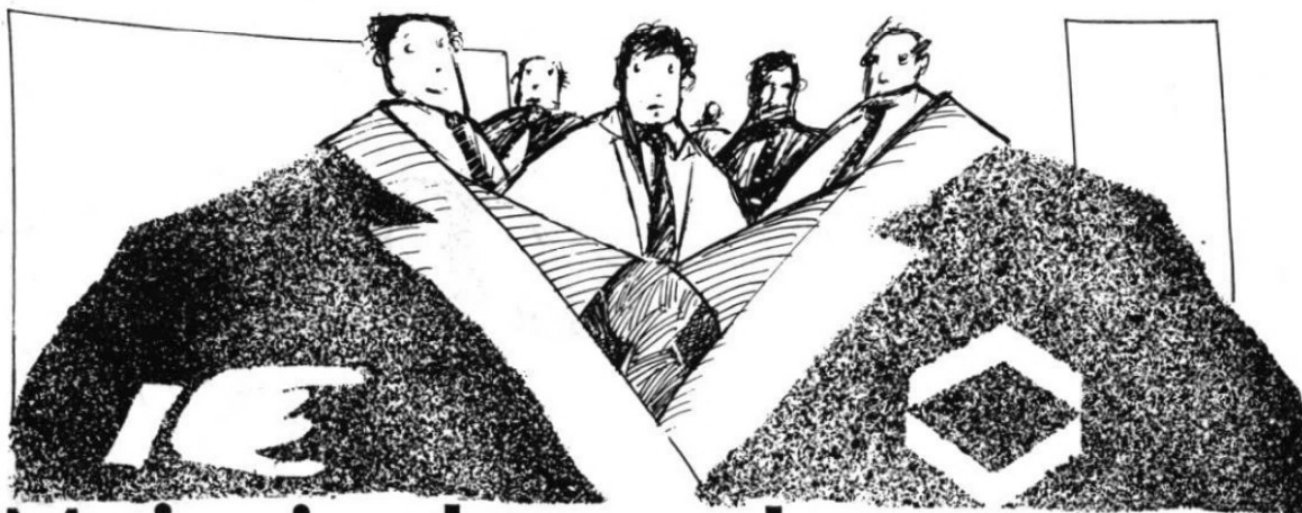


BOLETIM DA

aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

OUTUBRO - 1991



Maioria dos parlamentares está com a Petrobrás

Ao atingir a marca dos 706.974 barris por dia, a produção brasileira de petróleo alcançou nível recorde nos quase 38 anos de atuação da Petrobrás. Destacamos, nesta edição, a ampla repercussão que o assunto teve na imprensa, inclusive na mídia eletrônica. Os leitores terão conhecimento, ainda, de outra iniciativa de divulgação daquele expressivo evento, ou seja, o número 34 da revista "Petro e Gás".

Recorde de produção repercute na imprensa

Veja nesta publicação as palavras de apoio recebidas pelos técnicos e demais funcionários da Petrobrás em consequência dos recordes estabelecidos com as conquistas de Marlim. Com a entrada em produção do poço 7-MRL-6, Marlim, no dia 15 de junho, mais um recorde mundial de completação submarina, em lâmina d'água de 752 metros, foi estabelecido!

Ainda nesta edição:

SBGF: Congresso Internacional em Salvador

Prefeito de Campinas recebe AEPET

Palestra na Unicamp

Liquidação da Interbrás

Cebracam e os fretes proibidos cobrados pelas multinacionais

Sindicância apura dívida dos usineiros

Manifesto do MODECON

Decepção na Argentina com a privatização



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS DA PETROBRÁS
Sede: Rua Senador Dantas, 75/1601 -
Centro CEP: 20031 Tel.: 220-4774 -
Telex: (21) 40167 - FAX: (021) 282-
9224 - CGC: 34.131.870/0001-11 -
Insc. Munic.: 428.078-00

DIRETORIA EXECUTIVA

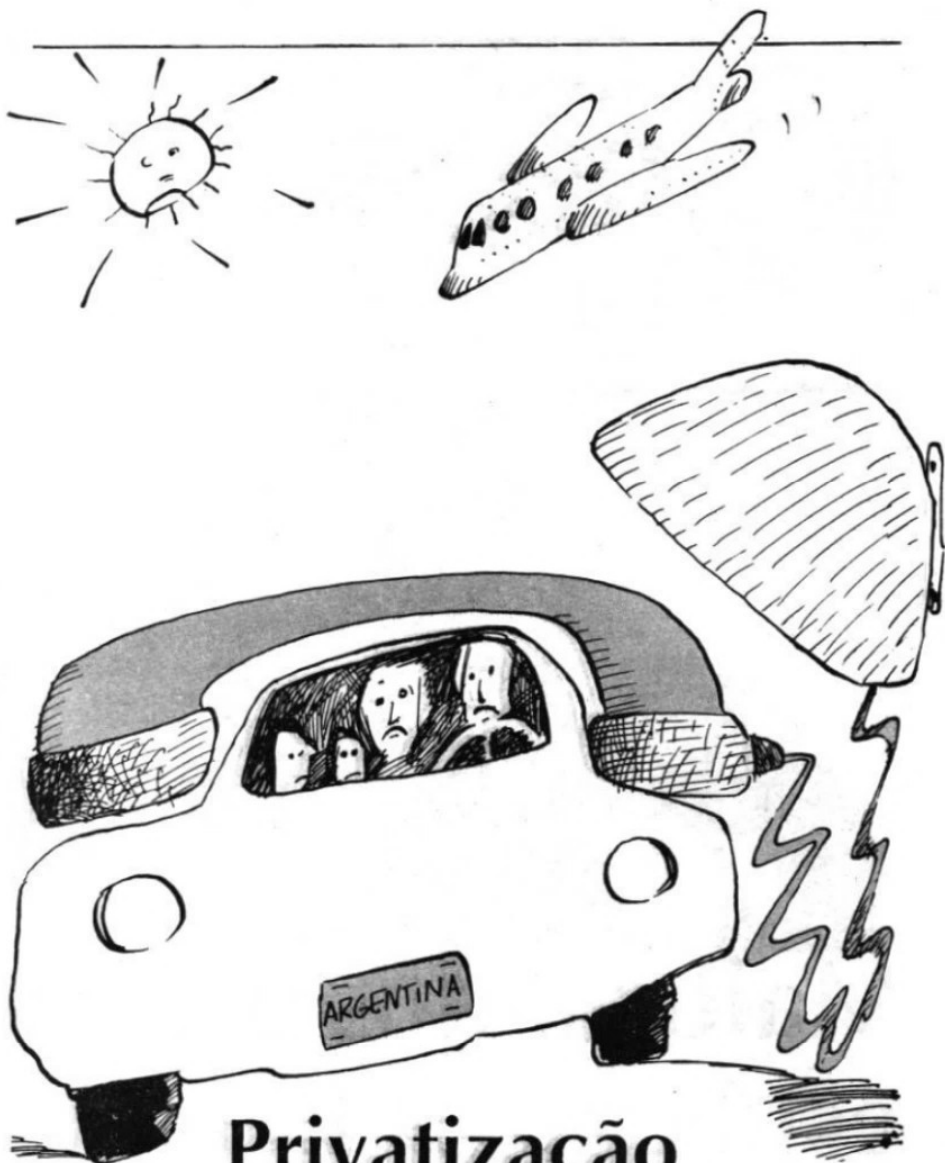
Diomedes Cesario da Silva
Presidente
CENPES/DIPROM
Sala: 2130
Tel. Trab.: 598-6242 598-6234
Fernando Leite Siqueira
Vice-Presidente
DEPRO/DENGE
Sala: 1005
Tel. Trab.: 534-2550 534-1175
Alexandre Guilherme de O. Silva
Diretor de Patrimonio
SEGEN/DEIND
Sala: 6º andar
Tel. Trab.: 566-5745
Hildebrando J.C. Gonzales
Vice-Diretor de Patrimonio
PETROQUISA/PETRORIO
Sala: 7º andar
Tel. Trab.: 242-8081
Ricardo Moura de A. Maranhão
Diretor de Comunicações
SEGEN/DIAGE
Sala: 7º andar
Tel. Trab.: 566-3760/566-3761
Felipe Leite e Antunes
Vice-Diretor de Comunicações
DETRAN/DENGE/SEPRO
Sala: 1206
Tel. Trab.: 534-4851/534-2493
Heitor Manoel Pereira
Diretor de Pessoal
Av. Almirante Barroso, 6 CEP 20031
Sala: 704
Tel. Trab.: 220-3837
Carlos Soligo Camerini
Vice-Diretor de Pessoal
CENPES/DIPILOT/SEMEC
Sala: 15
Tel. Trab.: 598-6526
Marco Aurelio Latge
Diretor Cultural
DEPEX/DIRSUL/SERAB
Sala: 1301
Tel. Trab.: 534-2079
Márcia Amaral Estevão dos Santos
Vice-Diretor Cultural
CENPES/DIPROD/SECOP
Sala: 465
Tel. Trab.: 598-6734 598-6730

CONSELHO FISCAL

Argemiro Pertence Neto
Membro do Conselho Fiscal
SERMAT/DICOMP-V/SECOM-I
Sala: 659
Tel. Trab.: 534-1711 534-1712
Edson Luiz Megale Vale
Membro do Conselho Fiscal
DEPER/SETEN
Sala: 1078
Tel. Trab.: 534-2875 534-2343
Carlos Augusto D. Brandão
Membro do Conselho Fiscal
Av. Rui Barbosa, 636/1004 - CEP
22250
Tel.: 551-7967
Rosalina Chedian Pimentel
Membro do Conselho Fiscal
SERPLAN
Sala: 853
Tel. Trab.: 534-2138
Sydney Reis Santos
Membro do Conselho Fiscal
SETINF-PESOP
Sala: 1604
Tel. Trab.: 534-2757 534-4804
Hildo Francisco Henz
Membro do Conselho Fiscal
DEPIN/DIREP/SECRA
Sala: 2062
Tel. Trab.: 534-2063

BOLETIM DA AEPET

Jornalista Responsável
Ivana Barreto
FOTOGRAFO
Luciano Alves
RAMA ARTES GRÁFICAS
Rua Evaristo da Veiga, 16/9-504
20031 - Centro - RJ
Tel.: 262-9906



Privatização decepciona argentinos

As privatizações, uma das medidas de maior destaque do Governo Menem, começam a decepcionar a população argentina. Conforme atesta matéria do JB de 24 de fevereiro, o Ministro da Economia, Domingo Cavallo, suspendeu a cobrança do pedágio nas estradas privatizadas e fez um ultimato para a empresa estatal espanhola Ibéria cumprir o contrato de compra e venda da companhia aérea estatal Aerolíneas Argentinas. Para agravar ainda mais a situação, notícias de novos aumentos nas tarifas telefônicas assustam, levando os usuários a colocarem em dúvida a conveniência para eles da privatização da Entel.

No caso das estradas, em troca de garantir a conservação das mesmas e ampliá-las em caso de necessidade, as empresas concessionárias estavam autorizadas a cobrar pedágio. Embora não tenham sido observadas melhorias nas condições das estradas, quando as cabines de pedágio começaram a funcionar dois aspectos chamaram a atenção. Por um lado constatou-se a extraordinária rentabilidade garantida aos concessionários. Por outro, a grande incidência do pedágio no custo do transporte de carga e os inconvenientes causados às populações das cidades divididas pelas estradas. De acordo com um estudo do Instituto

de Geografia da Universidade de Buenos Aires, em alguns casos a taxa de lucro das concessionárias chegava a 1.000% por ano.

Na mesma ocasião, o ministro intimou a empresa aérea espanhola Ibéria a colocar em dia seus compromissos pela compra de 85% do pacote acionário da Aerolíneas Argentinas. A Ibéria deveria ter entregue ao Governo US\$ 2 bilhões em títulos de dívida externa, o que não foi feito no prazo estabelecido. No mesmo dia vencia o prazo para que apresentasse também os avais sobre US\$ 130 milhões que serão pagos em dez anos. Contudo, ao invés de pagar o que deve a empresa espanhola pediu um novo prazo e ainda cobrou os US\$ 40 milhões referentes à venda antecipada de passagens, que o governo argentino embolsou.

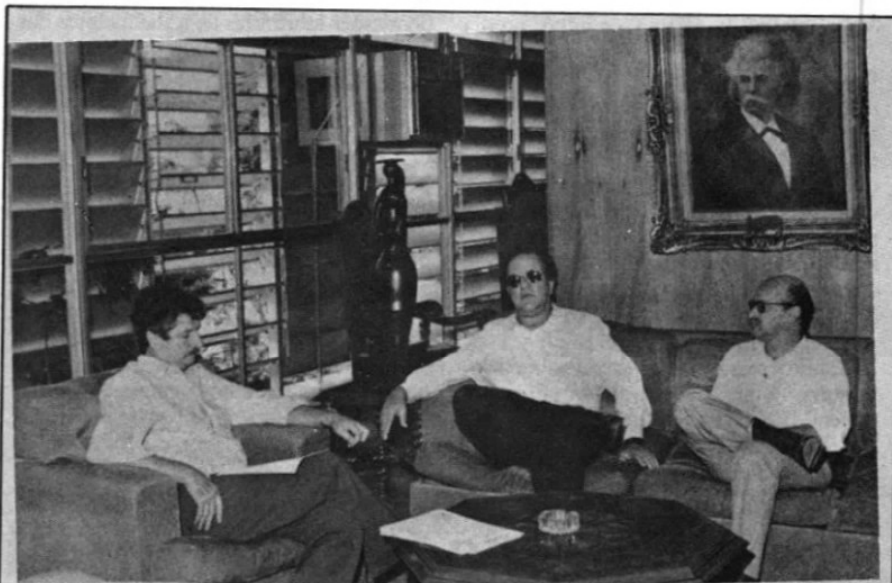
E por fim, para os usuários dos telefones — que no final do ano passado passaram da Estatal Entel para as particulares Telefônica da Espanha e Stet/Telecom da Itália e França — mais uma decepção. Isto porque os compromissos de melhoria do precário serviço de telefones não foram cumpridos. Até fevereiro deste ano, a tarifa havia subido 53%, desde que o serviço foi privatizado, contra um aumento de apenas 19% no custo de vida.



Ernesto Weber concede audiência à AEPET em Campinas

O atual presidente da Petrobrás, Ernesto Weber, ainda na condição de diretor da Empresa, concedeu audiência ao nosso companheiro, Antônio Machado Guimarães, presidente da AEPET-Campinas, quando visitou aquela Cidade, em 19 de agosto último. No encontro foram tratados vários assuntos, como o achatamento salarial que interfere na atenção necessária para a operação, aumenta o índice de operação anormal e os riscos de acidentes, expondo vidas e patrimônio. Outro tema abordado diz respeito ao Plano de Cargos e Carreira, já que a Empresa não tem nenhum projeto para a linha de engenharia, não dando cumprimento ao que foi decidido no Acordo Coletivo do Trabalho de 1990/1991. Além disso, a carreira profissional em comparação com a de nível médio não teve ganho salarial proporcional.

O Plano de Contingência também foi um assunto discutido na audiência. Isto porque ele é imprescindível para garantir o abastecimento de combustíveis. Sua falta, além de ser uma inabilidade gerencial, confronta os engenheiros com os operadores de modo desgastante para as duas categorias. A política de comunicação social, debatida na audiência, trará uma maior autonomia para os órgãos locais fazerem a comunicação da Empresa. Vale ressaltar a necessidade de se profissionalizar o órgão local de comunicação. No que diz respeito à Gerência dos órgãos de Operação, abordada na reunião, ela provocaria um melhor recrutamento e treinamento quanto às habilidades gerenciais, sem esquecer do incremento no registro, consolidação, utilização e transparência das ocorrências de operações normais e acidentes.



Jacó Bittar durante encontro em Campinas

Prefeito de Campinas recebe AEPET em audiência

Os companheiros Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET, e Antonio Machado Guimarães, Presidente da AEPET — Campinas, foram recebidos em audiência, no dia 7 de junho, pelo Prefeito desta Cidade, Jacó Bittar. No encontro, foram tratados diversos assuntos de interesse da Petrobrás e do Prefeito, que

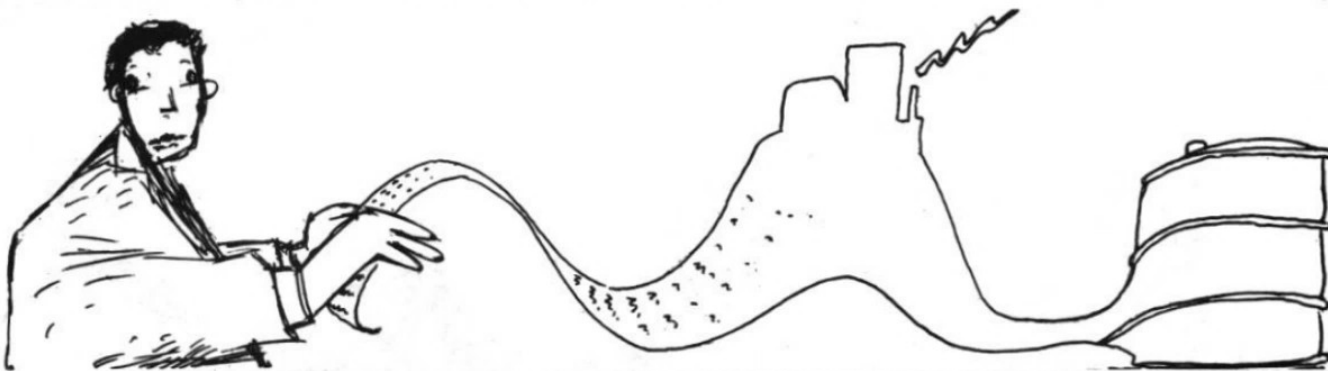
também é petroleiro, como as perdas salariais dos trabalhadores, a crise financeira da Petrobrás, a necessidade de manutenção e ampliação dos investimentos da Companhia, a conjuntura política nacional, o processo de revisão constitucional e a defesa do monopólio estatal.

Palestra empolga alunos da Unicamp

No último dia 6 de junho, na Universidade de Campinas (Unicamp), Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET, proferiu palestra com o tema "A Petrobrás, o monopólio estatal do petróleo e o desenvolvimento nacional",

atendendo aos convidados alunos e professores do curso de pós-graduação em petróleo, mantido pela Universidade em convênio com a Petrobrás. Os entendimentos para a realização do evento foram conduzidos pelo nosso companheiro Antônio Ma-

chado Guimarães, Presidente do núcleo da AEPET em Campinas. Atendendo ao amável convite, Ricardo Maranhão realizou sua exposição seguida de debates de mais de 3 horas com grande e entusiasmada participação do público presente.



MODECON

Manifesto à Nação brasileira

Conforme foi destacado em matéria no Boletim da AEPET de julho, no dia 31 de maio, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realizou-se mais um encontro promovido pelo Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON). Na ocasião, o Movimento, que já reúne cerca de 200 entidades da sociedade civil e tem como presidente o eminente brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, apresentou sua primeira diretoria. Durante o encontro foi lido o documento Manifesto à Nação Brasileira, que explica os fundamentos e objetivos do MODECON.

Como é ressaltado no Manifesto, o Movimento — que acaba de se formalizar como entidade civil, após uma série de eventos patrióticos — alerta os brasileiros sobre a gravidade do momento histórico do

país. O MODECON luta, ainda, contra as demissões arbitrárias de trabalhadores dos setores públicos e privado, a recessão e a depressão adotadas como políticas de governo e o desemprego. Como é salientado no Manifesto, “o programa de privatização, precedido de sistemática e longa campanha contra o setor estatal da economia, tem por fim alienar empresas essenciais, construídas com capital nacional e poupança pública.

Segundo o Manifesto, uma política tarifária devastadora debilitou uma empresa do porte da Petrobrás com o objetivo de apresentá-la como incompetente e ineficiente. É lembrado no documento que, no simpósio de companhias petrolíferas realizado no Texas, em 1989, ela foi reconhecida como empresa de maior eficiência,

inclusive por ter desenvolvido técnicas novas na prospecção em águas profundas. De acordo com documento apresentado pelo MODECON, é fundamental reverter a situação da Petroquisa, que está em condenável processo de privatização. O caso da Usiminas é mencionado no Manifesto, já que o governo pretende vendê-la a grupos internacionais, por um preço muito abaixo do real. O MODECON chama a atenção dos brasileiros para a importância da luta contra a destruição do nosso patrimônio, enfim, das empresas públicas. Por fim, o Movimento, conforme é explicitado no manifesto, irá lutar por um Estado “capaz de honrar e expandir as grandes empresas que, dotadas de alta tecnologia e de material humano excelente, vêm prestando grandes serviços à Nação”.

Euzébio Rocha lança livro em defesa da Petrobrás

O livro do nosso companheiro Euzébio Rocha, “Petrobrás: esse patrimônio é nosso” foi lançado em São Paulo, no último dia 11, às 19 horas, na Câmara Municipal. O evento teve o apoio de dezenas de entidades, dentre as quais destacamos: Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET); Sindicato dos Escritores de São Paulo; R.G. Editores; Movimento em Defesa do Sistema

Petrobrás; Federação Nacional dos Engenheiros; Associação dos Engenheiros da CESP e União Nacional dos Estudantes.

Ao evento, que lotou completamente o auditório, compareceram mais de 500 pessoas, como a companheira Maria Augusta Tibiriça Miranda, o deputado estadual Jamil Murad, a Prefeita Luiza Erundina e o ex-Vice-Governador de São Paulo Almino Afonso.

Conhecido por sua destacada atuação na Câmara, quando apresentou substitutivo à Mensagem n.º 469/51, definindo o monopólio estatal do petróleo, Euzébio Rocha aborda em seu livro temas de grande relevância e interesse, como Petróleo — Motor do Mundo, Neoliberalismo em Crise e Falso Dilema: Privatização ou Estatização.

II Encontro Exproper de Documentação Técnica

Com o tema “A importância da Petrobrás para o desenvolvimento nacional”, Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET, proferiu palestra para as bibliotecárias dos diversos órgãos da Petrobrás, no II Encontro Exproper de Documentação Técnica. O evento aconteceu entre os dias 1.º e 5 de julho no Hotel Imirá Plaza, em Natal. Cumpre lembrar que foram feitas transparências sobre o as-



sunto abordado. As cópias estão disponíveis na sede da Associação para os interessados. A palestra, que ocorreu no dia 1.º, contou com entusiasmada participação dos profissionais da área de documentação.

Majoria está com a Petrobrás

A prospecção de petróleo no Brasil com as conquistas de Marlim atingiu uma tecnologia avançada, considerada uma das melhores do mundo. Assim, as palavras de elogio e apoio recebidas pelos técnicos e demais funcionários da Petrobrás vieram de uma significativa parcela do meio político. Em seu pronunciamento, Jandira Feghali disse que a Petrobrás "se desenvolveu com absoluto esforço dos seus trabalhadores e com tecnologia nacional". Lembrou, também, que a tentativa de agredir a Petrobrás faz parte de todo o projeto neoliberal. Para o General Nilton de Albuquerque Cerqueira, Presidente do Clube Militar, o acontecimento de Marlim atesta a maturidade tecnológica da Petrobrás e demonstra que a auto-suficiência do país não é mais um sonho. O Deputado José Vicente Brizola afirmou em sua correspondência que trabalhará, com afinco, para que seja mantido o monopólio estatal do petróleo.

Outra mensagem de apoio foi enviada pelo Deputado José Carlos Aleluia, onde ele afirma sua convicção da importância do esforço que vem se desenvolvendo na produção de petróleo e gás natural na pla-

taforma continental. O Deputado Marcelo Luz destacou que a tecnologia de ponta desenvolvida através da Petrobrás na exploração e produção de petróleo em águas profundas é de grande importância para o desenvolvimento brasileiro. Já o Senador José Sarney salientou em seu telegrama que está atento a tudo que se relacione com a Petrobrás. Em seu telex o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, parabeniza os funcionários da Petrobrás pela grandiosa produção e oferece seu apoio na luta pela manutenção do monopólio. O Deputado Augusto Carvalho em seu pronunciamento na Câmara denunciou a visão do neoliberalismo do governo Collor. Lembrou, ainda, "as declarações levianas e irresponsáveis do Sr. Eduardo Teixeira quando, à frente da Petrobrás, propôs que se derrubasse o monopólio estatal do petróleo inscrito na Constituição".

Da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, através do Secretário Tito Bruno Ryff, a AEPET recebeu apoio na luta pela permanência do monopólio. Entre as mensagens de apoio e solidariedade estão ainda as dos seguintes deputados:

Ary Kara, Eurides Brito, Antonio Carlos Mendes Thame, Max Rosenmann, Diogo Nomura, Roberto Magalhães, Pedro Corrêa, Angela Regina Heinzen Amin, Luiz Carlos Festigatto, Pauderney Avelino e Roseana Sarney. Do Senado Federal vieram também muitas mensagens, como a do Senador Almir Gabriel, que parabenizou todos os funcionários da Petrobrás pela franca produção em Marlim. Destacamos, também, as correspondências dos senadores Esperidião Amin, José Richa, Nelson Carneiro e Irapuan Costa Júnior. Recebemos, ainda, mensagens dos governadores do Amazonas, de Santa Catarina, da Prefeitura Municipal de Rio Branco, dos senadores José Fogaça e Dirceu Carneiro e dos vereadores Francisco Sellin e Maurício Azedo.

Por iniciativa do vereador Edson Santos, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou Moção de Congratulações ao corpo técnico da Petrobrás pela conquista de mais um recorde mundial com a entrada em produção do Campo de Marlim. Outra moção foi aprovada, por iniciativa do Deputado Wagner Siqueira, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro

MOÇÃO

Proponho, à Mesa Diretora, na forma regimental, MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES ao Corpo Técnico da PETROBRÁS pela recente conquista de mais um recorde mundial com a entrada em produção do CAMPO DE MARLIM, na bacia de Campos.

Esse feito, fruto da pesquisa obstinada de nossos técnicos, garantirá ao Brasil, num futuro breve, a produção de um milhão de barris por dia.

O Campo de Marlim, o maior campo de petróleo brasileiro, entrou em produção no último dia 16 de março e significa a projeção de nosso País no contexto mundial com a conquista de cinco recordes: a produção a 721 metros de lâmina d'água, a instalação e operação de monobóia a 405 metros, a descida da primeira árvore-de-natal sem cabos-guia, o lançamento de linhas flexíveis de produção em profundidades superiores a 700 metros e a operação de plataforma semi-submersível de produção ancorada em 625 metros de lâmina d'água.

São fatos como esse que não deixam qualquer dúvida quanto a eficiência e rentabilidade de uma empresa como a PETROBRÁS. Reforça a premissa de que o monopólio estatal é intocável. Monopólio esse que foi fruto de uma histórica campanha que mobilizou o País inteiro no final da década de 40, culminando com a criação da PETROBRÁS, e que foi reafirmada na Constituição Brasileira, de 1988.

O povo brasileiro orgulha-se desse patrimônio e não aceitará que a ganância internacional dele se apodere, pois a verdadeira segurança de nosso País depende do seu total controle sobre as suas riquezas minerais.

Plenário Teotônio Villela, 28 de maio de 1991.

Edson Santos
EDSON SANTOS
VEREADOR
Líder do PC do B

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

MOÇÃO

Solicito à Mesa Diretora, na forma regimental, que faça constar, nos Anais desta Casa de Leis, um Voto de Congratulações à PETROBRÁS S/A, pelo recorde obtido no último dia 16 de março, ao ultrapassar a produção de 700 mil barris de petróleo diários.

Sala das Sessões, 18 de Junho de 1991

Wagner Siqueira
Deputado WAGNER SIQUEIRA

JUSTIFICATIVA:

Estão de parabéns os funcionários da PETROBRÁS e sua equipe técnico-científica que - através do desenvolvimento de tecnologia de ponta, dedicação, fidelidade e perseverança - tem proporcionado ao País alcançar marcas cada vez mais expressivas no que tange à exploração e produção de petróleo.

Estão de parabéns todos os brasileiros que não se esquivam de defender as empresas estatais que, como a PETROBRÁS, representa hoje a libertação do Brasil do servilismo científico-tecnológico, forma sutil de neo-colonialismo e dependência entre nações.

Wagner Siqueira

Êxitos em Marlim

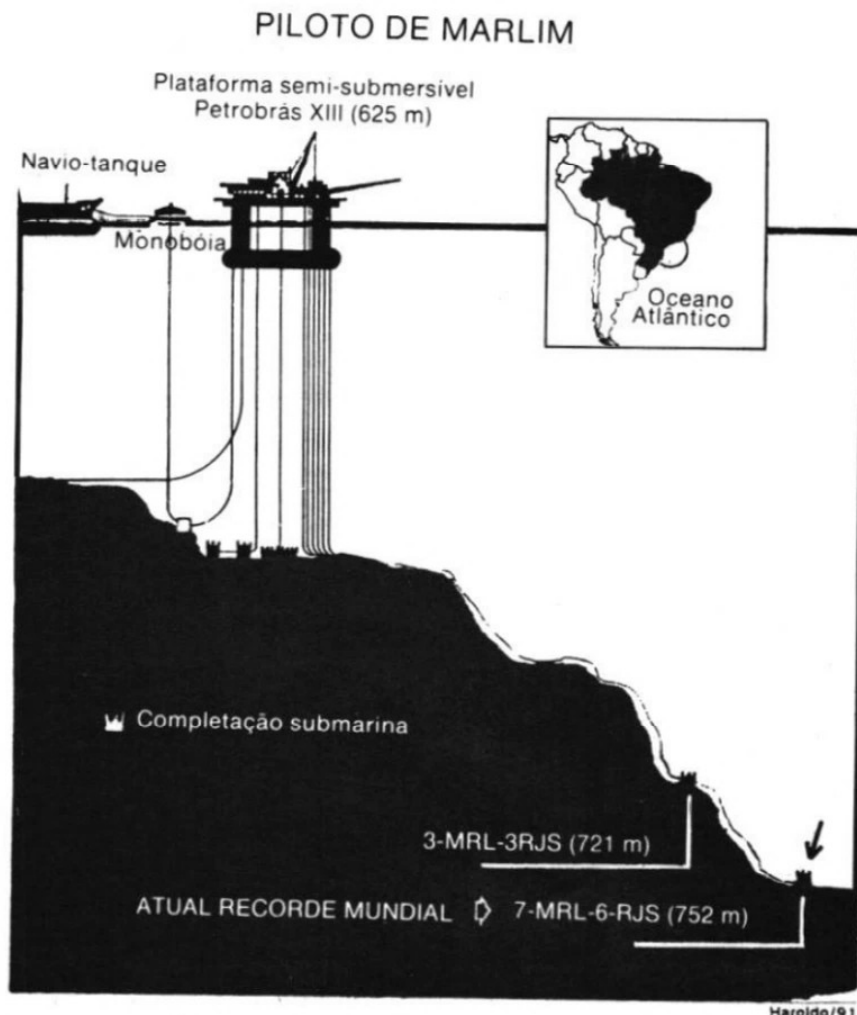
Novos Recordes Mundiais

Com a entrada em produção do poço 7-MRL-6, no Campo de Marlim, Bacia de Campos, litoral do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de junho, um novo recorde mundial de completção submarina em lâmina d'água de 752 metros, foi estabelecido. Com vazão de 6 mil barris diários de petróleo, o poço conclui o sistema pré-piloto do Campo, o maior do Brasil, com potencial para produzir até 350 mil barris/dia de petróleo e 5,1 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

O atual sistema, conhecido como pré-piloto, representa a etapa inicial de desenvolvimento do Campo. Ele emprega a plataforma semi-submersível Petrobrás XIII, ancorada em lâmina d'água de 625 metros, onde foi instalada uma pequena planta de processo para separação de óleo e que processa uma produção de cerca de 10 mil barris diários de petróleo. Os poços 3-MRL-3 e 7-MRL-6 interligam-se à plataforma, de onde o óleo segue para a monobóia, ao norte do Campo. Por fim, um navio o transporta para o terminal em terra. Funcionando como um laboratório, o Pré-Piloto também visa à coleta de informações para orientar as fases seguintes de desenvolvimento.

O sistema pré-piloto de Marlim tem superado as expectativas dos técnicos da Petrobrás, permitindo o acesso a uma série de informações fundamentais para o desenvolvimento da produção neste e em outros campos localizados em águas profundas: características do reservatório, condição de fluxo de óleo, instalação de equipamentos, etc. Em outubro, entrará em operação a próxima etapa do desenvolvimento de Marlim, denominada sistema piloto, substituindo o sistema pré-piloto. Serão dez poços — incluindo os 3-MRL-3 e 7-MRL-6 — interligados através de linhas flexíveis à plataforma semi-submersível Petrobrás XX, atualmente em fase final de adaptação para produção. A expectativa da Petrobrás é de que o sistema piloto atinja a marca de 50 mil barris de petróleo por dia, em 1992.

O Campo de Marlim registrou um im-



portante passo no sentido da obtenção de alternativas tecnológicas que viabilizem a exploração em águas profundas. No último dia 17 de junho, foi executado com sucesso o teste de lançamento de um duto flexível em lâmina d'água de 850 metros, marca inédita no mundo. Lançado pela embarcação Flexservice 1, contratada da Petrobrás, este duto foi desenvolvido pela empresa Conflexip e tem como principal característica a substituição do aço pela fibra de vidro como material empregado em

sua armadura. Ele é, também, cerca de 30% mais leve do que o convencional, representando uma vantagem em razão das atuais limitações dos equipamentos de lançamento de linhas em águas cada vez mais profundas. A Petrobrás poderá, no futuro, empregar esse novo duto — denominado Duto de Estrutura Leve — para completção de poços em lâmina d'água de até mil metros, incluindo boa parte das reservas de hidrocarbonatos da Bacia de Campos.

SBGF realiza Congresso Internacional em Salvador

A Sociedade Brasileira de Geofísica — SBGF — realizará, no período de 27 de outubro a 1º de novembro, no Centro de Convenções do Hotel da Bahia, em Salvador, o seu 2º Congresso Internacional. A sessão solene de abertura será às 20:00 horas no Salão Atlântico daquele hotel.

O evento incluirá a realização de cur-

sos, mesas redondas, palestras, sessões e visitas técnicas à mina de ouro de Araci e ao Recôncavo Bahiano, a mais antiga bacia sedimentar produtora de petróleo no Brasil.

A Petrobrás está representada de forma muito expressiva na direção da SBGF e na organização do Congresso, através dos

companheiros Marco Polo da Boa Hora (Presidente), Paulo R. Johann (Secretário Geral), Celso F. Lucchesi (Vice Presidente), Valdir A. Rocha, José E. Thomaz e Carlos A. da Costa (Comissão de Finanças e EXPOGEF-91), Sérgio L. de M. Freire, Júlio C.S.O. Lyrio e Marco A. Latgé (Programa Técnico-Científico).



Livro de Barbosa Lima já está nas livrarias

No dia 4 de setembro, no Edifício Sede da Petrobrás, foi lançada a 2ª edição do livro "Brasil, o capital se faz em casa", do professor Barbosa Lima Sobrinho. O evento contou com a participação de cerca de 200 pessoas. Com mais um capítulo, abordando os êxitos do Japão de 1974 até os dias de hoje, o livro é uma publicação da Editora Paz e Terra e já está nas livrarias. Segundo o autor o Japão é um exemplo do que um país pode conseguir com recursos próprios, pois afastou o auxílio do capital estrangeiro. Desta maneira os empréstimos foram poucos, ao contrário do Brasil que contraiu empréstimos para pagar antigas dívidas. Como lembra Barbosa Lima, a Petrobrás é uma demonstração do que pode ser desenvolvido dentro do próprio país, sem precisar de qualquer tipo de ajuda vinda de fora.

Enfim, Barbosa Lima Sobrinho ressaltou a mensagem principal do livro, ou seja, que o desenvolvimento dos países é feito, sobretudo, com a poupança interna. Para ele, é ilusão dizer que o capital estrangeiro vai salvar o Brasil. Citou, como exemplo, a ex-Liga das Nações, que só tinha 50 países enquanto a ONU reúne, hoje, 160 países. Isto, segundo o autor, é

uma demonstração da força do nacionalismo. Barbosa Lima criticou violentamente o processo de endividamento do país, já que foram mandados para o exterior nos últimos dez anos US\$ 111 bilhões. No mesmo período, não obstante aquelas "remessas brutais" a dívida brasileira aumentou de US\$ 71 bilhões para US\$ 118 bilhões (Dados do Banco Mundial)

Dentre os que compareceram ao lançamento do livro destacamos: Austragesilo de Athaide, Presidente da Associação Brasileira de Letras, Roberto D'Ávila, Vice-prefeito do Rio, o deputado federal Luis Alfredo Salomão, o Consul do Japão, membros da diretoria da AEPET, a companheira Maria Augusta Tibiriçá, do MODECON, o professor Celso Brandt, Presidente do Partido de Mobilização Nacional, a Engenheira Eloan Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Químicos, o professor Josué Almeida, da diretoria da ABI, o jornalista José Chamelete, o engenheiro Sérgio Almeida, da Associação dos Empregados da Eletrobrás, o Coronel Rui Moreira Lima, Presidente da ADNAN, o também Coronel Kardec Leme, do MODECON e o engenheiro César Duarte, Conselheiro do Clube de Engenharia.

Recorde de produção é destacado pela imprensa

Em 26 de maio último, a produção brasileira de petróleo atingiu a marca de 706.974 barris por dia, nível recorde nos quase 38 anos de atuação da Petrobrás. O assunto teve amplo destaque nacional, inclusive na mídia eletrônica, para o que muito contribuiu o bom trabalho realizado pelo SERCOM. Dentre as iniciativas de divulgação daquele expressivo evento resolvemos destacar a da revista especializada Petro e Gás, dirigida pelo engenheiro Márcio Claussen. O número 34 daquela publicação (junho/91) é dedicado a homenagear os trabalhadores da Petrobrás, registrando aquele nível de produção com palavras de estímulo à luta para alcançar a meta de 1 milhão de barris/dia em 1994.

A revista traz uma série de anúncios de empresas prestadoras de serviços ou fornecedores de materiais e equipamentos para a Petrobrás. Entre os anunciantes destacamos: Sistema, Senai, Automação e Robótica S.A., Mendes Júnior, Abemi, Comsip Engenharia S.A. e Eucatex Mineral Ltda, Brasinarrros, Dezurik, Baker Hughes Equipamentos Ltda, Enginstrel Engematic Instrumentação Ltda, Aerre, Abimaq Sindimaq, Necklausen Editora, Worcester, Sulzer, Sistemas Industriais. Também a AEPET veiculou, naquela revista, uma mensagem alusiva ao recorde de produção.



Fórum de debates em defesa do monopólio estatal do Petróleo

A Frente Verde e o Modecon participaram, no dia 2 de março, de um fórum de debates em defesa do monopólio estatal do petróleo no Instituto de Educação Nossa Senhora Medianeira, na cidade de Barra do Pirá. Na ocasião foi apresentado um vídeo sobre a Petrobrás, seguido de um entusiasmado debate sobre o monopólio. Representando o Modecon estiveram presentes a professora Olga Amélia Soares Telles, Pedro Castilho, Edson Queiroz e Noguei Bacelar Mendes. Os companheiros

Diomedes Cesário da Silva, Presidente da AEPET e Eduardo Nilor de Souza Mendes, da Frente Verde, fizeram parte da mesa de debates.

Depois das palestras foi instituído um concurso entre os cerca de 120 alunos, tendo como tema a Petrobrás e o desenvolvimento do Brasil. À entrega dos prêmios, no último dia 31 de agosto compareceram, além dos companheiros citados, várias pessoas da sociedade de Barra do Pirá, inclusive a vereadora Ana Maria Rothe. Os

primeiros colocados receberam prêmios em dinheiro, doados pela AEPET e pela Associação do Pessoal da Companhia Siderúrgica Nacional. Para os demais participantes foram distribuídos chaveiros, camisas e livros.

Na categoria monografia o vencedor foi Fabiano de Oliveira Filho. Também destacaram-se Adriana dos Santos Carvalho, Carlos Hugo de Azevedo Faria, Luciano Passos Oliveira Souza e Luisa Mendes Pereira.

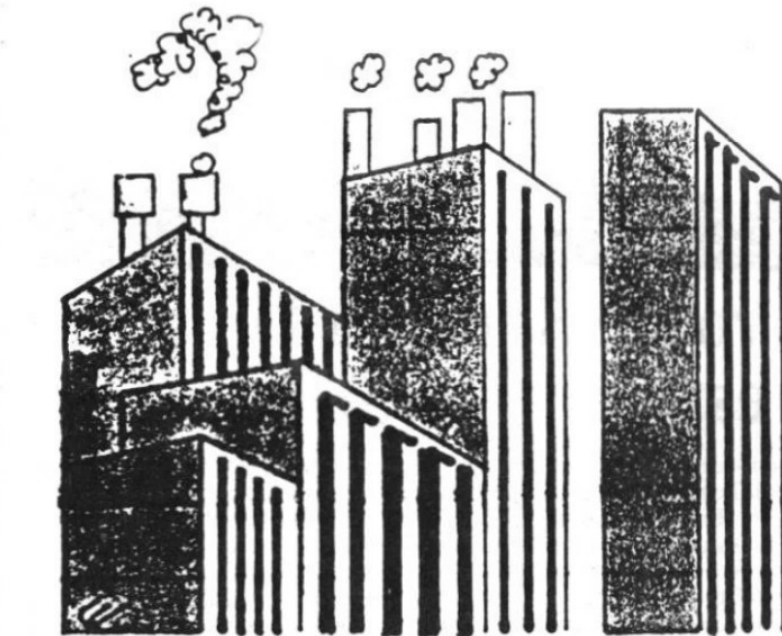
Usiminas: perguntas sem resposta

MAURÍCIO BORGES LEMOS E FERNANDO DAMATA PIMENTEL

O BNDES parece ter montado uma verdadeira central de produção de artigos favoráveis ao seu programa de privatização de estatais. A *Folha de S. Paulo* publicou mais um em sua edição de 18/07/91 ("Usiminas — a número 1"), assinado por Luiz Chrysostomo de Oliveira, economista do próprio banco. O texto, como outros anteriores, adota um tom arrogante para arrolar argumentos superficiais, no afã de responder a críticas escolhidas e formatadas pelo próprio autor. Em nenhum momento os pontos centrais do debate sobre o papel econômico do Estado são tocados de frente; ao contrário, tangenciar problemas, arrombar portas abertas e arremeter contra questões secundárias é a tônica do escrito. Pretendemos aqui, mais do que polemizar com o autor, recolocar indagações sérias que apontam para a virtual inconsistência do modelo Collor-BNDES de privatização.

Por que começar pela Usiminas? A resposta de Chrysostomo (o Estado não tem fundos para expansão da empresa, ela corre o risco de perder a liderança no setor etc.) não convence. A Usiminas não precisa de recursos adicionais do governo. Ela é capaz de gerar, desde que assegurado um grau razoável de liberdade de preços e flexibilidade administrativa, até US\$ 400 milhões de lucros anuais. Mesmo sem esses dois requisitos, a usina já pagou e está instalando uma linha de zincagem eletrolítica; serão 330 mil toneladas de bobina zincada, produto nobre do atual mercado de aço, a partir de 1993. Parece claro que, concedendo-se à Usiminas as mesmas condições que o governo promete ao capital privado (recuperação do preço do aço — a defasagem atual entre preço interno e externo é de 40% — e desregulamentação do setor, permitindo que a estatal opere "trading" e distribuidora próprias e possa assim auferir a parcela de ganho comercial que hoje perde para firmas particulares), a empresa continuará se expandindo normalmente. Portanto, a não ser que se parta de um pressuposto ideológico (o Estado é "mau" em qualquer circunstância, nenhum patrimônio deve ficar sob sua guarda), continua inexplicada a decisão de privatizar a Usiminas.

Por que subavaliar tão flagrantemente a empresa? Aqui, é importante dizer, não se está questionando o método (tecnicamente denominado "valor presente do fluxo de caixa descontado"). O problema é que os avaliadores definiram parâmetros, no mínimo, polêmicos. Optaram por exemplo por uma taxa de retorno de 14% ao ano, muito acima da média observada ao longo dos anos na siderurgia, tanto interna quanto externamente. Para que se tenha uma idéia, adotar uma taxa de 7% ao ano (bem mais próxima da média histórica do setor)



gera uma diferença de US\$ 1,5 bilhão para mais no valor final da avaliação. Além disso, os avaliadores contratados pelo BNDES supõem um prazo de apenas 15 anos para o retorno do investimento, extremamente curto para os padrões siderúrgicos. Um prazo cinco anos mais longo (compatível com o setor) e uma taxa de retorno de 7%, aplicadas ao mesmo método, elevariam o preço mínimo de venda da Usiminas para o patamar de US\$ 4 bilhões ao invés do aviltante US\$ 1,74 bilhão que consta do edital. Esse é um questionamento sério, baseado em critérios técnicos, que a Prefeitura de Ipatinga repetidas vezes fez chegar aos ouvidos moucos do BNDES. Contudo, a exemplo do nosso jovem autor, os responsáveis pelo programa de privatização preferem esgrimir contra supostos adversários desinformados, que teriam "avaliado" a empresa por cifras absurdas.

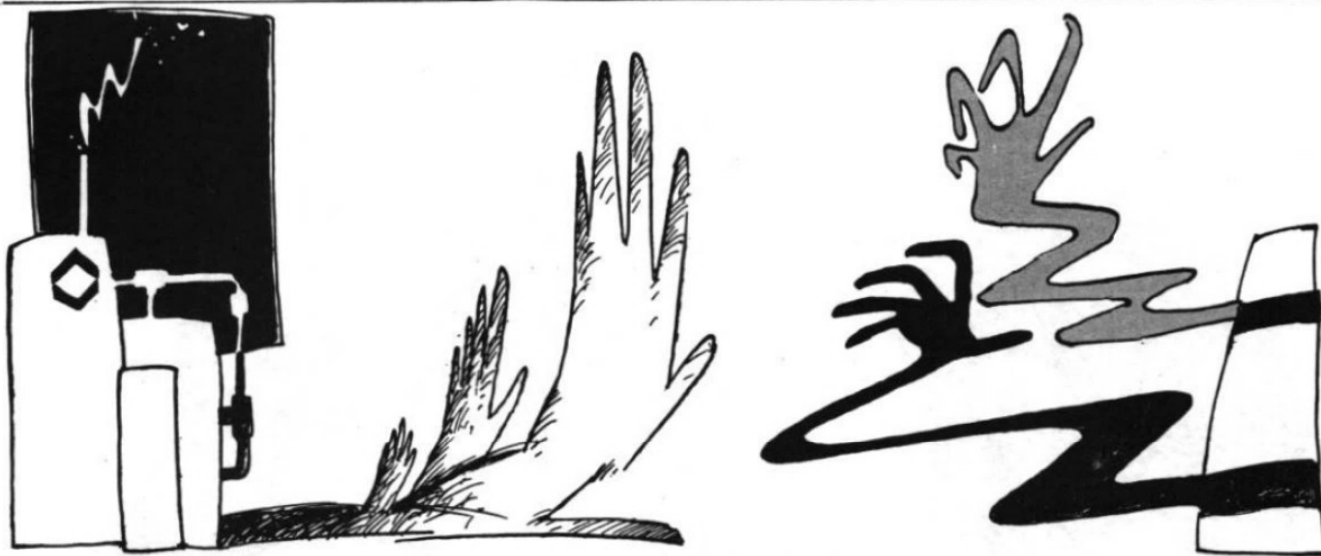
Por que ignorar os evidentes problemas que o contexto recessivo impõe à tentativa de privatização via venda de ações? Argumentar, como Chrysostomo, que o investidor privado forma sua expectativa de lucro futuro (decisiva para o investimento) a partir de uma análise do longo prazo, é desconhecer que o curto prazo condiciona a expectativa e dá forma à construção do futuro. Detalhou-se isso, nessa mesma página, pouco tempo atrás. Mas a incapacidade de entender curto e longo prazos como momentos de uma mesma dinâmica é típica do pensamento pré-keynesiano.

Tudo indica que o modelo Collor-BNDES de privatização é, na verdade, uma forma de reduzir ao mínimo o risco do investimento privado nos setores que se quer desestatizar. E é decisivo para isso a

adoção de uma "cesta de moedas" onde entram papéis (títulos das dívidas agrária e externa, sem deságio ou com deságio inferior ao de mercado) que não são moeda solvente para nada, a não ser para comprar estatais. Ora, autores tão respeitados como mestre Ignácio Rangel têm reiterado que o caminho da desestatização, num país da periferia do capitalismo, deve ser trilhado basicamente para assegurar a continuidade do investimento nos segmentos que o Estado assumiu. O modelo adotado opera na direção contrária. Subavaliando empresas e facilitando ao máximo sua compra, eliminando o risco — que é a essência do capitalismo, ele deixa sem resposta a indagação crucial: em condições normais, existem capitais privados realmente dispostos a ocupar o lugar do Estado na economia? Mais que isso: se existirem tais capitais, quais são as exigências de política industrial e de complementaridade com o Estado para garantir um novo ciclo de desenvolvimento econômico sustentado? Todas essas questões, que não são de fácil resposta, ficam de fora. Ao "facilitar" a compra de estatais, o modelo Collor-BNDES de privatização ratifica, sob a capa de uma suposta modernidade, uma das piores faces do capitalismo brasileiro: seu arraigado cartorialismo e seu histórico medo ao risco.

MAURÍCIO BORGES LEMOS, 40, economista e doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

FERNANDO DAMATA PIMENTEL, 40, economista, é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais.



Senador Márcio Lacerda: *a Petrobrás não vai ser privatizada porque o Brasil é nosso*

Em seus pronunciamentos no Senado Federal, de 07/12/90 e 29/06/91, o Senador Márcio Lacerda defendeu a integridade da Petrobrás e a luta pela preservação do monopólio estatal do petróleo. Ele explica que para modernizar a economia do Brasil a equipe do Governo defende a tese de se privatizar tudo, inclusive a Petrobrás. Salienta, também, que "a Petrobrás não vai ser privatizada porque o Brasil é nosso" embora exista um trabalho articulado para liquidar a mais séria conquista da economia nacional e da capacidade tecnológica do país, o principal instrumento da segurança interna e externa e de demonstração da nossa condição de país soberano.

Márcio Lacerda defendeu a união de todas as forças para que não prosperem as tentativas de desmoralização da Petrobrás e o fim do monopólio estatal do petróleo brasileiro. Segundo o Senador, para viabilizar a ação do Estado no setor, ocorreu a criação da Empresa, com características nitidamente empresariais, tendo sido dotada de um modelo administrativo semelhante ao das grandes empresas internacionais. Parte integrante do sistema energético brasileiro, é uma empresa de economia mista com atuação preponderantemente estatal, regulando suas atividades e ope-

rando em diferentes níveis. Desta forma, os objetivos da Petrobrás são determinados pelos interesses maiores do Brasil e sua missão é a de abastecer o mercado de derivados de petróleo aos menores custos sociais.

O Senador Márcio Lacerda disse, ainda, que a Petrobrás já demonstrou, em seus quase 38 anos de existência, competência técnica e, conseqüentemente, "simboliza a capacidade realizadora de nossa gente". Ele lembrou a questão dos contratos de risco, que não chegaram a descobrir um único poço de petróleo. Entretanto, contraditoriamente, o governo vem cortando verbas e reduzindo os investimentos, cobrando impostos e diminuindo a capacidade financeira da Companhia. Trata-se de uma política de esvaziamento da Petrobrás, já que são criados critérios de fixação artificial de preços dos derivados e cometidos erros na condução da comercialização, gerando asfixiamento do fluxo de caixa e, desta maneira, redução do nível de investimentos na prospecção, exploração e refino. De acordo com o pronunciamento do Senador, a Estatal foi utilizada como "avaliada do Tesouro Nacional, como bode expiatório no combate à inflação, e até como fundo perdido de contas de combustível do setor público". Mesmo assim, a Pe-

trobrás é responsável por mais da metade dos superávits comerciais obtidos pelo país nos últimos dois anos.

No segundo pronunciamento, o Senador declarou que vendendo empresas lucrativas, como a Usiminas, o Governo está abrindo mão dos lucros futuros. Por outro lado, vendendo as deficitárias, ele dificilmente lucrará com a transação. Destacou que "existem bens para os quais se pode sustentar, com razão, que devem ser reservados à coletividade, quando eles vêm conferir um poder tal que não podem, sem perigo para o bem público, ser deixados entre as mãos de pessoa privada". Defensor do monopólio estatal nos setores considerados essenciais, o Senador Márcio Lacerda reafirma que empresas como a Petrobrás, a Telebrás, o Banco do Brasil e a Vale do Rio Doce precisam continuar na esfera do Governo Federal. A Petrobrás, por exemplo, produz 70% do petróleo que consumimos, reduzindo nossos gastos com a importação de óleo bruto. Por fim, o Senador coloca-se à disposição dos funcionários das empresas estatais para denunciar, no Senado Federal, as tentativas que possam prejudicar o bom desempenho dos setores onde a presença e o controle do Estado são essenciais.

Entidades apoiam luta da AEPET e PSB junto ao STF

A AEPET, em articulação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou, em 6 de maio último, no Supremo Tribunal Federal, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra os artigos 8º e 13º da Lei 8178 de 1º de março/91, que trata dos salários dos trabalhadores. Esta Lei impõe o mais violento arrocho salarial da história do país, desrespeitando a Constituição Federal, que, no nosso entendimento, assegura a irredutibilidade do poder aquisitivo da população e não do ilusório valor nominal dos salários. A Ação,

fundada nos artigos 102, I, "a" e 103, VIII e IX da Constituição, tem como relator o Ministro Carlos Velloso. Através de correspondência foi solicitado o apoio de inúmeras entidades da sociedade civil para a iniciativa da AEPET/PSB.

Entre as entidades que enviaram mensagens de apoio ao Supremo Tribunal Federal estão: Associação de Empregados da Light, Associação dos Funcionários do Banerj, Conselho Federal de Medicina, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro,

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Rio de Janeiro, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas de Uberaba, Sindicato Nacional dos Aeroviários, Sindicato Nacional dos Oficiais de Radiocomunicações da Marinha Mercante, além da FLATI — Federação Latino-americana de Trabajadores de la Industria, sediada em Buenos Aires, Argentina, que representa trabalhadores industriais da América Latina, congregando cerca de 50 entidades sindicais.



Encontro promove defesa das estatais

Nos dias 17 e 18 de maio último aconteceu, em Brasília, o Encontro Latino-Americano de Trabalhadores em Defesa do Serviço Público e Empresas Estatais (Elaspe). Estiveram presentes representantes de trabalhadores de 100 organizações sindicais brasileiras e de 11 sindicatos e federações de sete países do Continente, Chile, Equador, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. Na ocasião aconteceram discussões sobre a situação a nível continental e em cada um dos países diante da ofensiva privatizante e de destruição dos serviços públicos, praticada por diferentes governos. Foi elaborado, também, o Acordo Latino-Americano de Trabalhadores em Defesa do Serviço Público e Estatais para que todos os participantes do Elaspe sejam informados dos problemas enfrentados em cada país. Fi-

cou determinada, ainda, a realização de uma Jornada Continental de Luta em Defesa do Serviço Público e das Estatais, entre os dias 15 e 23 de outubro.

Como consequência do evento, foi constituída uma coordenação do Acordo Latino-Americano dos Trabalhadores em Defesa do Serviço Público e Estatais. À primeira reunião compareceram representantes das seguintes entidades: CONDSEF, SINDEP/DF, SINERGIA/DF e Sindicato dos Servidores Municipais de Petrópolis. Na condição de convidado participou a Prefeitura Municipal de Ipatinga-MG. Ficou definido que as entidades sediadas em Brasília deverão manter reuniões semanais. Além do caderno contendo as resoluções do Elaspe ficou determinada uma campanha contra a privatização de nove

estatais, com destaque para o processo na Usiminas.

No que se refere às estatais brasileiras, o Elaspe aprovou a implementação de uma campanha continental em defesa das nove estatais ameaçadas de privatização imediata (Usiminas, Celma, Usimec, Marfesa, Aços Piratini, CST, Goiásfertil e Copesul) conforme está estabelecido no documento síntese do Encontro.

Entre as propostas aprovadas em grupos de trabalho e plenária final destacam-se: luta contra as disponibilidades e demissões no serviço público federal e estatais; luta pela democratização das estatais com transparência nas suas operações e gestão; proposta de CPI no Congresso Nacional sobre estatais e empreiteiras e garantia de emprego.

Sindicância apura dívida dos usineiros

A partir de uma representação enviada pelo Deputado Luiz Gushinken (PT-SP), à Procuradoria Geral da República abriu sindicância para apurar possíveis irregularidades nas renegociações das dívidas dos usineiros. Segundo matéria da Tribuna da Imprensa de 6 de junho, o Deputado quer com esta medida evitar o refinanciamento de uma dívida no valor de 574 bilhões que os usineiros têm com a União. Os deputados Pedro Tonelli (PT-PR), Lucy Choinaski (PT-SC), Alcides Modesto (PT-BA), Valdi Ganzer (PT-PA) e Adão Preto (PT-RS) estiveram com o Vice-Procurador Geral da República, Affonso Henriques Prates Correia, para confirmar as afirmações de Gushinken e também apresentaram novas denúncias.



Segundo os deputados do PT, o Governo estaria protegendo os usineiros através de uma liberação de Cr\$ 20 bilhões. O dinheiro, que deve ser destinado aos plantadores de cana, estaria sendo repassado aos usineiros inadimplentes, que também são plantadores. A sindicância está sendo conduzida pelo coordenador da Secretaria de Coordenação da Defesa dos Interesses Individuais e Difusos, o procurador Alvaro Augusto Ribeiro da Costa. Os parlamentares da bancada do PT, tão logo tomem conhecimento do resultado das investigações, pretendem dar entrada em uma Ação Popular enquadrando o Presidente Fernando Collor em crime de responsabilidade, caso ele dê continuidade à renegociação da dívida dos usineiros.

AEPET solicita esclarecimentos ao liquidante da Interbrás

Como denunciou em Boletim anterior (julho/91), a AEPET lembra que, segundo parecer dos auditores independentes, encaminhado ao Conselho de Administração da Petrobrás, a liquidação da Petrobrás Comércio Internacional — Interbrás — causou e está causando prejuízos à Companhia. Para reforçar a posição da AEPET chegaram ao conhecimento da entidade informações sobre as irregularidades praticadas pelo ex-liquidante, indicado pela Secretaria de Administração do Governo Federal, Wilson José Peroni, com atos, decisões e acordos que foram colocados sob suspeita pela própria auditoria e pelo conselho fiscal da Empresa.

Em decorrência das irregularidades, os acionistas da Interbrás, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, decidiram, por unanimidade, que a Empresa deveria



mover uma ação de responsabilidade civil contra o ex-liquidante, em consequência

de "fortes indícios de atos lesivos ao patrimônio da Companhia". Decorridos oito meses desde a decisão de acionar o sr. Peroni, não se teve mais qualquer notícia sobre o assunto. Assim, para acompanhamento e divulgação entre os nossos mais de 5.500 associados, solicitamos, por escrito, ao atual liquidante, sr. Markus Moses Katz, esclarecimentos sobre as providências por ele adotadas para implementar a decisão da assembléia de acionistas.

Caso Interbrás

Conforme anunciou em Boletim anterior (julho de 91) a AEPET lembra que, segundo parecer dos auditores independentes, encaminhado ao Conselho de Administração da Petrobrás Comércio Internacional S.A — Interbrás — a liquidação daquela subsidiária causou e está causando prejuízos à Companhia. Cumpre registrar os esclarecimentos enviados pelo Diretor Maurício Medeiros de Alvarenga, em 6 de maio último, à Associação, onde ele menciona as providências adotadas sobre a denúncia de irregularidades cometidas no processo de liquidação da Interbrás. No Boletim anterior foram omitidos alguns dados oferecidos pelo Diretor. Por isso estamos publicando a sua carta, na íntegra.

Ainda sobre o assunto recebemos, no último 9, carta do Dr. Paulo Ramage, Assessor Jurídico do liquidante, explicando as medidas legais que foram tomadas, no Brasil e na Colômbia. Em razão disso, publicamos a carta na íntegra.

DIR-56/91

Rio de Janeiro, 06 de maio de 1991.

à Diretoria da

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS — AEPET

Rua Senador Dantas, n.º 75 — salas 1801 e 1802
20031 — Rio de Janeiro — R.J.

Prezados Senhores,

* Referindo-se ao telex de V.Sas., datado de 02.05.1991, sobre a denúncia de irregularidades cometidas no Processo de Liquidação da INTERBRÁS, cumpre-nos esclarecer:

A — A partir do Decreto 8.029/90 — que instituiu a Liquidação da INTERBRÁS — a PETROBRÁS não possui qualquer controle sobre aquela Subsidiária e, conseqüentemente, responsabilidade sobre atos dos liquidantes, que são nomeados pela Secretaria de Administração.

B — Esse nosso limite de ingerência, entretanto, não tolhe nossa atenção para casos que, como esse relato na Folha, levantem indícios de atitudes menos adequadas por parte dos responsáveis pela liquidação. No caso MICHAEL-WARDE o próprio Liquidante atual, através de auditagens, possibilitou a constatação do referido pagamento o qual foi, de imediato, colocado sob suspeita pelo Conselho Fiscal.

C — Na Assembléia Geral Extraordinária de 22.01.1991, o Sr. Liquidante solicitou autorização para que se iniciasse uma ação de responsabilidade civil contra o Liquidante anterior, Sr. Wilson José Peroni, tendo a PETROBRÁS concordado e estimulado tal atitude, cujo processo encontra-se em andamento.

D — Uma vez comprovada a existência de má fé ou dolo, seriam acionados os meios legais para a recuperação da importância indevidamente paga. Mesmo que essa importância venha a ser dada como irrecuperável ainda se poderia contar com a punição dos responsáveis e, embora seja irrelevante — pois o prejuízo, a rigor, é da Nação — conforme o Decreto 3/91, o passivo da INTERBRÁS seria assumido pela União, sem onerar a Petrobrás e seus acionistas.

Concordamos e, estamos atentos — no limite que nossa ação permita — para que o bom nome da Companhia seja sempre preservado.

Atenciosamente,

MAURÍCIO M. DE ALVARENGA
Diretor

PR. 223/91

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1991.

Ao: Dr. Markus Mozes Katz, Liquidante.

Do: Dr. Paulo Ramage, Assessor Jurídico do Liquidante.

Ref.: Carta de 3/9/91 — AEPET
Caso Michel I. Warde.

Não nos cabe qualquer pronunciamento ou resposta a respeito do assunto, levando em conta que o caso chegou ao conhecimento da AEPET vias oblíquas, e não por vias legais. Não nos consta terem participado da AGE de 22.01.91, assim como também não conhecemos e não possuímos a cópia do expediente que motivou o interesse da AEPET.

Queremos, entretanto, como resposta, informar ao Ministro da Infra-Estrutura, Dr. João Santana, ao Presidente da PETROBRÁS, Dr. Ernesto Weber, ao Diretor da PETROBRÁS, Dr. Maurício Alvarenga e ao Conselho Fiscal da INTERBRÁS, que as medidas legais cabíveis já foram tomadas.

No Brasil — A ação Ordinária já proposta pela INTERBRÁS, está em curso no 4.º Vara Cível, em fase de citação.

Na Colômbia — Já foi contratado o Dr. Carlos Vargas, a fim de ajuizar as ações competentes.

Colocamo-nos à disposição dos órgãos competentes no âmbito da liquidação, quando solicitados para divulgar o andamento dos feitos

Atenciosamente,

Paulo Ramage
Assessor Jurídico do Liquidante

PETROBRÁS

Destaque em meio ambiente

No último dia 21 de junho, no Hotel Continental, em Porto Alegre, a Petrobrás conquistou o Prêmio Destaque Empresas-Meio Ambiente 1991, instituído pela Associação Brasileira de Química do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Química — 5ª Região, Sindicato das Indústrias Químicas do RS, Sindicato dos Químicos e Associação Profissional dos Engenheiros Químicos. Este prêmio foi concedido à Petrobrás levando-se em conta os trabalhos realizados na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) com vistas à preservação ambiental, especificamente o desenvolvimento do óleo diesel metropolitano (ODM), que por apresentar baixo teor de enxofre contribuiu para a melhoria da qualidade do ar em Porto Alegre. O novo diesel é produzido a partir de petróleos oriundos da Bacia de Campos e com um índice máximo de 0,5% de enxofre, contra até 1,3% do diesel comum. Para comprovar a eficácia do novo diesel, foram instalados, estrategicamente, quatro pontos de monitoramento nas áreas de maior trânsito da capital gaúcha.

A implantação do ODM reduziu a emissão de dióxido de enxofre (SO₂) em 150 toneladas/mês, sendo que os terminais e

corredores de ônibus foram as áreas mais beneficiadas. O óleo diesel metropolitano é resultado do trabalho harmonioso que a Refap vem desenvolvendo com os órgãos ambientais da região: Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, visando, com os recursos disponíveis na Refinaria, propiciar um melhor atendimento às comunidades. A idéia de desenvolver o ODM surgiu da preocupação dos órgãos ambientais com a qualidade do ar na região metropolitana. O processo para obtenção do ODM começa com a chegada de petróleo de baixo teor de enxofre no Terminal Marítimo Almirante Soares Dutra em Tramandaí, seu deslocamento e armazenamento na Refap.

Em todas as etapas são tomados cuidados com o objetivo de mantê-lo separado dos demais petróleos a fim de evitar contaminação. O óleo diesel produzido no processamento desse petróleo especial — cerca de 15.000 m³/mês — é segregado dos demais, na Refinaria e nas companhias distribuidoras, também para evitar contaminação. Cumpre lembrar que o produto está disponível desde maio do ano passado para as companhias que fazem sua distri-



buição em Porto Alegre. Até janeiro deste ano, cerca de 50% do óleo diesel distribuído na capital foi ODM.

Outro aspecto que deve ser destacado é a diminuição do nível de poluição de 1% para até 0,6%, mantendo-se em uma média de 0,4%. Porto Alegre consome 12 milhões de litros de óleo diesel, que representa o lançamento de 150 toneladas de dióxido de enxofre no ar por mês. Agora, contudo, será possível uma redução de 50%, segundo o chefe do setor de meio ambiente da Refinaria Alberto Pasqualini, Manuel Luiz Zurita. Estes dados atestam a preocupação da direção e dos técnicos da Refap com os problemas ambientais da região, trabalhando sempre em busca de melhor qualidade do ar. O assunto vem tendo ampla repercussão na imprensa gaúcha desde maio do ano passado.

AEPET defende imagem da Petrobrás

A propósito das acusações caluniosas feitas à Petrobrás pelo jornalista Nilo Dante (Jornal do Comércio de 16/06/91) o Diretor de Comunicações da AEPET, engenheiro Ricardo Maranhão, endereçou àquele órgão de imprensa correspondência rebatendo as alevisias do jornalista. A carta de Maranhão foi publicada na íntegra, em 07/07/91. Abaixo reproduzimos a correspondência enviada ao Jornal do Comércio.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 1991.

AO
JORNAL DO COMMERCIÓ
RUA DO LIVRAMENTO, 189
20221 — RIO DE JANEIRO — RJ

Atenção do Editor, Jornalista Aziz Ahmed

Prezado Senhor,

O JORNAL DO COMMERCIÓ publicou, em 16.06.91, com o título OPERAÇÕES DUVIDOSAS, página 6, matéria assinada pelo SR. NILO DANTE, na qual o articulista, de forma leviana, grosseira e irresponsável, afirma que "a PETROBRÁS, velha de guerra, é um dos vampiros do subdesenvolvimento nacional, consagrada nos quatro cantos do mundo como um viveiro de fornecedores privilegiados...".

A lengalenga do SR. DANTE, eivada de má

fé e marcada pela arrogância dos ignorantes, não mereceria resposta, não fosse o nosso apreço pela inteligência dos leitores e a necessidade de fazer justiça à PETROBRÁS.

Negar a contribuição da PETROBRÁS ao desenvolvimento do país é atrevimento a que não se permitem nem mesmo os seus mais virulentos adversários.

As operações da PETROBRÁS — a maior empresa do país e do hemisfério sul — representam quase 4% do PIB brasileiro. O sistema PETROBRÁS propicia mais de 60.000 empregos diretos e cerca de 3.000.000 indiretos. A empresa vende os derivados de petróleo no Brasil a preços competitivos e até inferiores aos vigentes no mercado internacional. Nos últimos 10 anos a sociedade brasileira economizou nada menos de US\$ 68 bilhões — mais da metade da nossa dívida externa — com a diferença entre os preços médios de realização praticados pela PETROBRÁS e os vigentes no mercado de ROTTERDAM.

A produção brasileira de petróleo já ultrapassa os 700.000 barris diários e marchamos, rapidamente, para a auto-suficiência.

Em 1988 a Companhia pagou US\$ 2,7 bilhões de dólares em impostos e contribuições sociais. Nossas reservas já atingem 8 bilhões de barris, superiores às da SHELL e da EXXON, e a PETROBRÁS ostenta mais de 10 recordes mundiais, na exploração petrolífera offshore, em águas profundas.

E os avanços tecnológicos? E o desenvolvimento de recursos humanos?

Em 37 anos a Companhia formou mais de 20.000 engenheiros, geólogos, gerentes e técnicos. Opera o maior Centro de Pesquisas da América Latina, com 210 mestres e 30 doutores.

Na certeza de que o JORNAL DO COMMERCIÓ, em respeito aos direitos de resposta e do acesso à informação correta, publicará, na íntegra, com o mesmo destaque, estes esclarecimentos.

Atenciosamente,
Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão
Diretor de Comunicações
AEPET — Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS

Tendo em vista matéria também caluniosa publicada no jornal O Estado de São Paulo (16/06/91) a AEPET solicitou, em telex endereçado ao ex-Presidente Alfeu Valença, que seja dinamizada a atuação do Serviço de Comunicação Social no sentido de rebater as críticas. Em resposta à nossa correspondência ele informou que estava "montando com o Sercom um esquema ágil para responder às matérias consideradas danosas à imagem da Petrobrás". É absolutamente indispensável que o novo presidente, Ernesto Weber, mantenha uma política de não deixar sem resposta as críticas infundadas e as calúnias essecadas contra a companhia.